

ATA DA REUNIÃO GRUPO DE TRABALHO – CASO EVANDRO: APONTAMENTOS PARA O FUTURO – 29/09/2021

No vigésimo novo dia do mês de setembro de 2021, às 10h00, foi realizada a décima terceira **Reunião do GRUPO DE TRABALHO – CASO EVANDRO: APONTAMENTOS PARA O FUTURO**. Participaram da reunião, remota ou presencialmente: **Cláudio Marques Rolin e Silva**, Delegado responsável pelo Setor de Vulneráveis da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa; **Silvio Renato Fernandes Jardim**, Chefe do Departamento de Justiça; **Bruna Saraiva**, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná; **Rafael Moura**, Promotor de Justiça e membro do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná; **Regina Bley**, membro do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná; **Talita**, Defensoria Pública do Estado do Paraná; **Marcel Jeronymo Lima Oliveira**, Vice-Presidente do Conselho Permanente de Direitos Humanos; **Dorival Braz Simões**, Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial; **Carine Rossane Piassetta Xavier**, Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial; **Carmen Lúcia Pereira da Silva**, **Eloise Zanon Garcia** e **Ana Vitória Naumann**, do Apoio Técnico do GT; e os convidados **Baba Flávio Maciel da Silva**, Coordenador Geral do Fórum Estadual de Religiões de Matriz Africana e **Roseli dos Santos Freitas**, Ódará Áje Templo dos Òrisás do Culto Yorubá, membro da Comissão de Monitoramento do Plano Estadual e da Comissão de Religiosidade do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. **1. Abertura pela Coordenação:** Cumprimentando a todos os presentes, Carmen Lúcia Pereira da Silva dá início à reunião. **2. Relato espontâneo do convidado Baba Flávio Maciel da Silva:** **BABA FLÁVIO MACIEL DA SILVA** relata: “Bom dia a todos e a todas, meus respeitos, Ogum Abeuá, peço aos orixás nossos protetores que possam abençoar a nossa reunião, podendo dar bons caminhos, e que o pai Xangô, orixá da justiça, possa estar conosco, podendo fazer as avaliações necessárias para reparar os problemas de violação, de injustiças que possam ter sido cometidas, que possam nos impedir de cometer futuramente. Eu sou o Baba Flávio, eu pertencço ao Ilê Alaketu Jombá Axé Oxum Ogum, sou filho do Baba Luiz Oxum da cidade de Curitiba e estou Diretor do Grupo Aláfia. O Grupo Aláfia trabalha com projetos nas escolas e faculdades, com seminários, palestras, fazendo um trabalho de explanação sobre as religiões de matriz africana no intuito de quebrar as intolerâncias, os preconceitos, e desde 2015 nós realizamos esse trabalho. Estou também há um ano Coordenador do Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana, e nesse Fórum eu represento as religiões do Estado do Paraná, lutando por direitos, combate à intolerância e avançando em políticas públicas. Eu fui criança de Axé, estou no meu terreiro desde criança, desde o nascimento. A minha família toda é de Umbanda, é de

Candomblé, então eu fui criado dentro dos modos e costumes das religiões. Em 1992, eu passei pela iniciação do Candomblé e foi logo quando alguns meses depois começaram a ocorrer os fatos. Antes de mais nada eu queria falar um pouquinho. O Candomblé é uma religião brasileira que teve sua organização, a sua fundação, digamos assim, a organização da religião de sair do culto africano, do culto tradicional africano e montar o Candomblé foi por volta de 1830, pela organização dos povos que aqui ficaram após o período da escravidão, e a Umbanda ela foi ser organizada em 1908, também aqui pegando alguns costumes, algumas tradições do Candomblé e dos cultos africanos. Quando aconteceu esse caso em 1992, eu tinha onze anos e nós já tínhamos um temo do que estava acontecendo com os raptos das crianças que estavam sumindo. Estavam acontecendo bastante murmurinhos do que acontecia, mas até então, quando aconteceu o fato, tem uma grande mancha para as religiões de matriz africana. Sempre foi uma religião que foi vista tida às margens pela origem dela, por ter ficado a princípio sendo uma religião dos antigos escravos, e com esse fato, em 1992, se tornou aquilo que eles mais queriam, que eles têm o preconceito de fazer perseguições às religiões. A mancha foi muito grande. Nós religiosos não tivemos força na época para lutar contra o preconceito, contra a intolerância. Qualquer tentativa de contra argumentar que o fato que estavam sendo acusado não cabia religião de matriz africana, Umbanda ou Candomblé, não adianta. A opinião pública estava formada, como um grande júri inquisidor da idade média, onde queimavam-se pessoas na fogueira por acusação de bruxaria, de satanismo e coisas assim de costume europeu, não tem uma ligação com as nossas tradições. Nesse período também a gente passou uma grande represália de ataques por outras religiões, pois usaram bastante os fatos do caso para tratar nossas religiões, que nós éramos satanistas, cultuávamos o diabo, matávamos crianças, pessoas, praticavam o mal, destruíamos famílias e tudo que era possível falar e inventar e colocar na nossa conta. Disso vinha ataques constantemente. Algumas religiões falavam em TV aberta, e rede nacional com alguns programas próprios, outros lançavam tablóides com imagens das religiões fazendo com que o ódio, preconceito e a discriminação aumentassem a todo religioso de matriz africana. Na época dos fatos em si, quando aconteceu, quem tinha suas casas abertas, babalorixás, pais de santo, sofreram um julgamento terrível, porque tinham vergonha de sair na rua, olhar para os vizinhos, outras pessoas que poderiam ser o seu contato social, familiares. Todos acreditavam que, como foi falado que isso aconteceu em um ritual que envolvia a Umbanda, o Candomblé, religiões de matriz africana, todos acreditavam então que em algum momento essas pessoas ou fizeram ou poderiam fazer ou estavam aptas a fazer em algum momento algo terrível dessa forma, então a represália foi muito grande. Eu lembro que na época também tinha um Pai de Santo que ele estava para organizar uma festa de sua entidade Zé Pelintra e a sua esposa era Maria Padilha. Estavam organizando para fazer em um clube oficial de tenentes e subtenentes. Aí como o envolvimento de outros terreiros, começou a ficar muito

grande, ia ter uma participação de mais de quarenta terreiros, eles estavam planejando para fazer esse evento, essa festa, fazer uma gira aberta no Couto Pereira, inclusive devido aos fatos, a repercussão negativa que tudo ocorreu, eles acabaram cancelando, porque se tinha medo. Os nossos encontros das liturgias na época, muitas pessoas deixaram de ir por medo de repente de estar no terreiro e sofrer algum ataque ou era ataque de algum religioso, não se imaginava o que poderia acontecer. A polícia estava de olho muito nos terreiros, então a gente sofreu uma repressão muito forte ainda na época, do que a gente já passava, do que já passou pela ditadura, do que veio desde o início do Candomblé, mas que ela se assentou bastante aqui no Paraná devido a esses fatos. Constantemente, a mídia atacava muito também; ligava as religiões de matriz africana com ritual de magia negra. Eu lembro que, acompanhando o *podcast* sobre o caso, tem nos extras a matéria de jornal OM, que o repórter fala assim 'Olha, estivemos acompanhando o ritual de magia negra'. Ele faz a chamada dessa forma e a hora que mostra lá, mostra uma gira, uma Mãe de Santo, mostra uma imolação de um animal, e na edição do vídeo eles vão falando 'O Exu, a pomba gira representa todo o mal maligno, representa o diabo, fazem trabalhos assim'. Falou de forma negativa, mas a gente percebe que a abertura daquela casa, que foi aberta para a mídia para talvez mostrar, quebrar algum preconceito, mostrar o que era realmente, só que foi feita uma edição e se vê só o momento que a Mãe de Santo está fazendo a imolação, que ela fala 'Olha, não é para o mal, fazemos isso para Exu', e na edição eles distorcem. Então, ataques como esse ajudavam mais a piorar a situação, ou seja, 'Olha lá, eles estão fazendo mesmo, estão lá em um terreiro vendo magia negra, estão lá no terreiro'. É uma chamada muito pesada, pensar que um jornal passava naquela época; tinham crianças acompanhando os pais, assistindo e tudo mais, então aquilo ali ficava impactante 'O pessoal das religiões de matriz africana que fazem a magia negra'. A questão da intolerância, a gente sabe que muitos talvez sentiram mais na pele ainda. Dentro dessas matérias, também, eu vi uma matéria que estava sendo feita em frente à única casa de artigos religiosos que tinha em Guaratuba, que a Senhora vendia elementos para o culto afro e ela pediu para que os repórteres saíssem de frente da loja dela, porque ela já não estava mais aguentando toda a pressão que ela estava passando, todo o preconceito, todo o ódio que ela estava vivendo devido ao caso e ela ser uma loja que atendia os religiosos de matriz africana. A gente, por diversos relatos, diversas referências, a gente vê o quanto foi doloroso e sofrido. Também fazendo um comentário sobre o *podcast*: o tio da criança, do Evandro, o Diógenes, ele fala na entrevista que para ele uma religião que mata até uma formiga não é uma religião; que a partir do momento que mata animais, essa religião não serve, não é considerada uma religião. Vale a gente poder falar um pouquinho por que nós imolamos o animal, o que é o abate religioso, para poder esclarecer um pouquinho, porque todos ligam o abate religioso ao mau trato aos animais. O ritual de magia negra, como já ficou classificado nesse caso, e isso tomou uma proporção gigante e na verdade não é, é o fato da

gente, dentro das nossas liturgias, dentro das nossas reuniões da religião, a gente preparar um alimento para que todos possam comungar desse alimento, para que ele não alimente só a nossa matéria, mas alimente o nosso espírito também, através de coisas boas, boas energias, de axé. Então, quando nós vamos pegar um animal para tirar a vida dele, nós rezamos, pedimos desculpa por essa vida que vai ser tirada, mas ao mesmo tempo pedimos para que isso transforme a nossa vida em coisas boas e de todos que vão estar se alimentando depois desse alimento que a gente vai estar comendo entre os participantes. É uma comunhão, a palavra mais exata, então nós imolamos os mesmos animais que são tidos como animais para criação de pecuaristas. Por que dentro do terreiro é classificada uma magia negra e para quem faz um abate doméstico, às vezes no fundo de quintal, que cria alguns animais e volta e meia precisa abater um animal para poder se alimentar não tem preconceito? Isso acabou gerando uma divisão até na Umbanda, na década de noventa um pouco, porque a Umbanda ela nasceu em 1908 e ela de lá para cá tem algumas vertentes diferentes. Cada pai de santo segue uma tradição que aprendeu com o seu pai de santo, então tem uma certa diferença, e existe uma vertente da Umbanda que não imola animais, existe outra vertente que imola animais, mas é para da mesma forma que eu estou descrevendo. Então, eu acredito que até para lutar contra o preconceito se gerou um discurso 'Olha, eu sou da Umbanda, mas a minha Umbanda não mata animais, a minha Umbanda a gente não sacrifica animais', é até uma defesa para lutar contra o preconceito. Hoje a gente vê que não deu certo, porque ao final de tudo a intolerância religiosa coloca o que o homem disse de forma geral na parede e age com intolerância, com ódio, com preconceito, não para ele dizer que nessa época 'Um imola e outro não imola, um é mais Umbanda e outro é menos Umbanda'. Não sei classificar direito o porquê dessas falas, mas eu sei que elas existiram por um bom tempo e isso nada adiantou, gerou até um certo incômodo entre as duas partes, porque não tinha necessidade. No final, as duas são religiões que seguem costumes diferentes, apenas isso. É válido falar que o Brasil é o maior exportador de abate religioso do mundo, ou seja, comercialmente a gente explora a questão do abate religioso. Existem tradições como o muçulmano, que eles consomem a carne halal, que é uma carne que nos frigoríficos têm um setor especializado, que enquanto está fazendo o abate tem as pessoas da religião fazendo as rezas. Nessas tradições, eles precisam comer todo o animal de abate religioso todos os dias. Nós de religião de matriz africana não temos essa necessidade, no dia a dia eu posso ir até o mercado, frigorífico, açougue e comprar a carne que eu preciso, me alimentar e eu não vou ter problema, não tenho restrições. Já os muçulmanos precisam estar sempre comendo animais advindos do abate religioso, assim como o Judaísmo através da carne do kasher. Também falando em abate religioso, a gente presencia todos os anos, ao final do ano, milhares de aves que são abatidas para um abate religioso, que é o natal, que é uma cerimônia, uma comunhão que são preparados esses animais que você quase não encontra no mercado durante o ano todo, porque

se faz uma reserva especial para o grande consumo dele para o Natal. É para o Cristianismo, ou seja, a gente convive com o abate religioso no dia a dia até dentro da exploração comercial, mas aquilo que se faz no terreiro é olhado com maus olhos, como se não fosse permitido. É a magia negra, é o ruim, é maus tratos de animais. Como olhar para isso, que as outras religiões podem ter o abate religioso de uma forma até muito maior do que nós, o consumo, o número do abate e as religiões de matriz africana às vezes por algum frango já estão sendo pisoteados, já estão sendo discriminados? Com isso, a gente passou os dois anos, que começou em 2016 e se encerrou em 2019, um julgamento no STF que definiu em 2019 que é constitucional o abate religioso. Vejam, ele definiu constitucional o abate religioso, só que, no Tribunal do Júri, os únicos réus que estavam sendo acusados eram as religiões de matriz africana, em um processo que começou no STF no Rio Grande do Sul. Não foi uma movimentação contra o abate religioso das religiões de matriz africana, do Islã, do Judaísmo, do Cristianismo; foi somente as religiões de matriz africana que foram para o banco dos réus ser acusados de fazer o sacrifício de animal, e que isso foi julgado se era permitido ou não. Então, nesse ponto, eu venho falar um pouco da diferença da intolerância religiosa e do racismo religioso, porque a intolerância religiosa já se fala bastante. É não ser intolerante a nenhuma religião, então aquela pessoa que é intolerante ela só reconhece a religião dela e para ela só serve essa, as outras não servem por algum motivo, por algum dogma, por algum preconceito que ela tem e tudo bem, então ela classifica assim. Agora, as religiões de matriz africana sofrem o racismo religioso, primeiro por ser uma religião que vem da cultura negra, da cultura afro, e depois por ter um caso como esse do abate religioso que só nós fomos julgados, só sobrou para nós a questão de falar sobre e imolação dos animais. As outras religiões não precisaram colocar um representante, não precisaram de um advogado para se defender, para poder falar sobre seus direitos de fazer o abate religioso para suas liturgias. Ficou fácil na época de quem fez toda a trama colocar esse ritual de magia negra na conta das religiões de matriz africana, porque já existia toda uma sociedade preconceituosa, já tinha os maus olhos das pessoas em ver o que faziam a Umbanda e o Candomblé sem mesmo conhecer de fato o que a religião faz, o que nós pregamos, o que a gente faz. Primeiro, lá nós cultuamos os Orixás para cuidar de pessoas, então nosso intuito é cuidar, é cultuar os Orixás e cuidar das pessoas, então não tem como a gente cultuar Orixás e querer fazer mal para pessoas, isso não vem ao encontro com o que a gente pratica, com aquilo que a gente faz no dia a dia. Então, a gente se preocupa em cuidar, em ajudar as pessoas, dar equilíbrio, a grande busca do equilíbrio para as pessoas. Esse equilíbrio é uma coisa muito difícil nos dias de hoje, sempre foi, porque existem vários fatores que influenciam na vida das pessoas. Eu lembro que nessa situação do caso do Evandro também existiu uma tática da defesa, que começou a aproximar a Igreja católica aqui de Curitiba - representação do Estado do Paraná através do Frei Miguel e do Dom Pedro Fedalto - às rés, de uma forma de tentar

desvincular das religiões de matriz africana, porque talvez poderia melhorar a opinião pública. Uma vez que elas vão estar mais próximas da Igreja, a opinião pública vai poder olhar elas com melhores olhos, para poder avaliar que 'Olha, são cristãs, não são das religiões de matriz africana'. Então, sem entrar no mérito do julgamento, mas a gente analisa que não bastaria chegar e fazer todo um esclarecimento da religião na época. A situação já estava definida, já era bruxaria, magia negra, não adiantava qualquer religioso vim e falar no Tribunal do Júri, a explicar o que era a religião, que o sacrifício humano nunca fez parte dos nossos costumes e o por que existe a imolação animal, não adiantava. A estratégia melhor era 'Vamos desvincular dessa religião e vamos vinculá-las a uma religião que tenha melhores olhos para a opinião pública poder ser mais favorável', então isso mostra bastante o quanto o preconceito existia na época. Me recordo de um caso de 2017 pelo Grupo Aláfia, que eu fui Diretor também. Nós estávamos fazendo um seminário na UFPR aqui de Curitiba e estávamos falando da religião. Tinha um pai de santo nosso amigo, Pai Marcelo, ele estava falando sobre a cosmogonia do Candomblé, explicando os nossos dogmas, nossas crenças, e em algum momento uma senhora levantou a mão na platéia e ela perguntou 'Mas por que vocês matam crianças?'. Isso foi há três atrás, quatro anos. Ela estava se referindo a esse caso de 1992, ou seja, que ainda tem aqueles que aceitaram tudo aquilo como verdade e talvez ainda não possam ter acompanhado essa nova repercussão do caso do *podcast*, da série Globoplay. Tem aquela interpretação de que tudo que foi falado em 1992, que os jornais escancaravam nas suas capas e mesmo nas chamadas nos jornais televisivos, mostravam que eram as religiões de matriz africana que sacrificavam humanos, que faziam rituais de magia negra. Até hoje a gente ainda carrega esse fardo, essa conta ainda a gente está pagando. O preconceito é muito grande quanto a isso, e algumas coisas a gente nos dias de hoje tem avançado. A gente está podendo ter mais voz, podendo estar ocupando os espaços como este aqui para poder falar um pouquinho o que é nosso e o que não é diferente de antigamente, que não tinha. A gente vê que naquela época o terreiro que eu citei que abriu para mostrar um pouco que não era aquilo, foi editado e foi vendido as imagens de uma forma negativa e diferente. Caberia um processo, nos dias de hoje seria mais fácil, mas naquela época acho que talvez nem se daria ouvido. A gente não tinha voz mesmo, a gente era à margem total mesmo. Em Guaratuba, mesmo hoje a gente sabe que a religião cresceu bastante, tem superado dia a dia esse preconceito, tem aumentado o número de terreiros, já em alguns anos eles saem com a afoxé e cortejo pela cidade. A afoxé é o povo de santo, o povo de branco saindo nas ruas do carnaval cantando as cantigas que se cantam no terreiro, cantos e danças do Candomblé. Aqui no Paraná, a gente tem o costume também de cantar algumas cantigas da Umbanda também, mas a tradição nasceu com o Candomblé. Mas a gente, no nosso costume, na nossa região, a gente é muito forte com a Umbanda e o Candomblé. É bem normal você encontrar um terreiro como o meu, que tem as duas liturgias de forma separada, mas somos

candomblecistas e umbandistas. Bem, da minha parte de relato espontâneo eu posso estar encerrando por aqui, deixando aberta a participação de todos com perguntas. Obrigado”. **CARMEN LÚCIA PEREIRA DA SILVA** fala: “Obrigada, Baba Flávio. Alguma pergunta nesse momento e a gente passa para o segundo relato”. **3. Relato Espontâneo Roseli dos Santos Freitas:** **CARMEN LÚCIA PEREIRA DA SILVA** fala: “Nós acolhemos aqui a Roseli, que estava com uma dificuldade de alcançar a sala, seja bem-vinda. Nós já pudemos contar com o Baba Flávio. E apenas no sentido de acolher, vocês receberam os nossos documentos, sabem que esse Grupo de Trabalho vem buscando revelar uma situação histórica e emblemática em torno do Caso Evandro, que em tantas consequências de violações de direitos humanos até por uma ação da mídia também feriu muito as religiões de matriz africana. Então, o espaço de fala espontânea, sobretudo nesse sentido, sei que a Senhora vem acompanhando, então fique à vontade. Tem um tempo para poder colocar espontaneamente sua posição e da igreja no sentido dos fatos. Seja bem-vinda”. **ROSELI DOS SANTOS FREITAS** relata: “Bom dia a todos. Meu nome é Ya Roseli Freitas, meu nome africano é Iyá L’Ajè, faço parte da família Odudua, que é de tradição lorubá. Eu estou na religião, que nós não chamamos de religião e sim culto, como eu sou afro brasileira, então estou desde Umbanda Kardecista, e a gente vem passando por todos esse processos até achar o caminho. Então, eu acompanhei, eu sou paulista e estou aqui em Paranaguá há vinte anos e eu estava com três anos de iniciada no Candomblé nessa época. Isso foi horrível para nós que somos de culto de matriz africana, porque nós tínhamos até de sair na rua, porque foi um fato que o Brasil inteiro ficou espantado. Para nós que fazemos parte desse segmento religioso ficou bem difícil. E nós também tivemos uma profunda raiva no momento, porque foi colocado que foi um babalorixá na época, que através de um diagnóstico oracular ele determinou um ritual, só que não houve forma de defesa com relação à religião. Então ficou tudo em uma panela, só sendo que quem conhece sobre o culto de religião de matriz africana sabe que nós não utilizamos esse tipo de procedimento. Isso para nós não existe. E outra, foi taxado como uma magia negra, até um termo pejorativo esse, porque não cabe mais no século XX esse tipo de termo. Primeiro, nós não trabalhamos com magia, nós trabalhamos com energia da natureza, e essa forma pejorativa de se colocar é porque é um culto que é de origem africana, então seria ‘magia da negra’ ou ‘do negro’. Então isso se torna extremamente racista e pejorativo. São termos que eu acho que têm que começar a modificar. Isso tem que ser pedagógico, porque enquanto se continua fazendo isso, todo e qualquer ato que aconteça, que seja de uma forma diabólica como essa, porque isso foi a mente de um ser diabólico que fez isso, não existe um objetivo e um motivo, somente para uma pessoa que está doente mentalmente. Não tinha como um babalorixá determinar um ritual nesse nível, isso é inconcebível. E na época foi bem ruim, porque todos nós que temos um templo, um espaço religioso, nunca há uma forma de conhecimento do quanto nós trabalhamos o entorno do espaço. Nós temos um trabalho social muito

grande. Todos os sacerdotes têm o entorno, um trabalho social muito sério, porque nós acolhemos a todos. Nós não temos esse tipo de predileção por esse ou aquele ser humano e nós fazemos um trabalho muito sério, porque nós devolvemos para a sociedade pessoas às vezes mentalmente perturbadas e que, após passar por um processo, por um acolhimento, uma orientação, para nós eles chegam a contar coisas que eles não contam para ninguém, porque ali nós estamos sendo conselheiras. E é nesse momento que a gente faz um diagnóstico necessário para o tratamento espiritual de uma pessoa, porque nem toda doença é física, ela inicia no espiritual. Nós temos muitos babalorixás, ialorixás, que têm plena consciência disso, e nós fazemos um trabalho muito sério para a comunidade. E quando ele se sente acolhido, ele começa a se socializar. Então assim, eu acho que na época houve muita falha nesse sentido de já taxar uma coisa e deixar aquilo como determinante. Eu acompanhei, de fato é uma coisa até ruim da gente estar revivendo isso, porque no momento foi tão angustiante e ruim, que é horrível ter que reviver isso. Mas é necessário, que é para que não aconteça novamente determinados fatos que aconteceram na época, porque englobou tudo, virou uma comoção e as pessoas começaram a enlouquecer em volta daquilo, daquele fato, e cada um falava uma coisa. E realmente, nós nunca tivemos uma certeza de nada, nunca tivemos uma certeza de nada, algo conclusivo, principalmente nós, que tínhamos interesse sobre isso, porque estava afetando muito a nossa religião, o nosso culto, porque o fato, o que aconteceu adveio de um ser que determinou esse tipo de procedimento e isso não acontece de forma alguma. Agora, se era uma pessoa que se intitulava, utilizava desse termo de ser um conselheiro espiritual ou algo parecido, e tinha uma demência, isso tem que ser investigado, porque não é a partir disso que se coloca. Pelo que eu vi também, porque nós temos uma forma, principalmente o africano, as mulheres africanas, nós temos uma forma muito de uma fortalecer a outra. Nós não somos feministas, como diz minha filha; nós nos fortalecemos, formamos um clã feminino para que uma apoie a outra, e quando a gente vê um fato como esse, que mulheres foram torturadas, porque todo relato é de que elas foram torturadas, foram resgatas de um espaço de lei, levadas, torturadas e não teve a mínima condição delas falarem nada, foram coagidas, foram amedrontadas, foram ameaçadas. O que eu acho é que isso deveria ter uma forma muito mais delicada de se tratar, quando se fala em respeito em religião, em qualquer religião, porque o ser humano utiliza a fé para ele melhorar como ser humano. Em qualquer segmento religioso vai haver pessoas que vêm por uma coisa ou por outra e não se pode englobar uma coisa já de uma vez. Eu acho que houve muita falha na época. Eu falo como mãe, falo como mulher, falo como religiosa, como orientadora espiritual. Me coloco até em uma posição meio inquestionável em todo conselho, porque tivemos que meio que impor uma comissão que trabalhasse mais enfaticamente o culto e a intolerância e o racismo religioso, que são coisas diferentes, o racismo e intolerância. Nesse caso, foi intolerância e não houve o mínimo esclarecimento nesse sentido. Eu

estou aqui a dispor para poder contribuir com o pouco que eu sei, representando um povo de luta, que é um povo que tenta se colocar socialmente e ser respeitado há muito tempo, independente da cor. Claro que nós negros temos um diferencial, mas enfim, dentro dos direitos humanos eu acho que existe nessa forma de investigação, dar um resultado para a população, tem que haver muito mais critérios com relação a isso, principalmente ouvir pessoas como nós, que trabalhamos com o culto, com a religião e que somos pessoas idôneas, muito responsável pelo que nós fazemos, porque nós trabalhamos com algo muito maior. Não é outro ser humano, e sim a natureza, e a força da natureza ninguém pode negar. Eu estou à disposição de vocês, se quiserem fazer alguma pergunta, e eu souber responder, vou estar aqui para isso. Eu acho que é essa a minha contribuição para dentro do caso. Até porque eu não sou jurista, não tenho formação nesse nível, então eu falo de experiência de vida e com aquilo que eu faço socialmente”. **CARMEN LÚCIA PEREIRA DA SILVA** fala: “Acolho em nome de todo o Grupo, de maneira muito especial, realmente, Roseli, que é membro do CONSEPIR, assim como o Baba Flávio, por essa contribuição. E realmente muito solidária a essa questão da intolerância e da injustiça que se cometeu de maneira muito especial com os fatos que envolvem o Caso Evandro na questão realmente do culto, das religiões de matriz africana. E a gente espera que esse espaço, esse momento, seja esse espaço de fala espontânea, mas seja o espaço de voz em uma resposta à sociedade e, sobretudo, para o acolhimento. Eu respeito o trabalho que vocês têm com as pessoas, o acolhimento, enfim, essa devolução do bem maior para as pessoas. Então, agradeço realmente e até abro já para o Grupo, se tem alguma pergunta, mas a gente também tinha um espaço para o Dorival de fala também, que também é representante do CONSEPIR dentro desse Grupo. Então, se o Senhor quiser aproveitar já nesse momento e colocar sua fala também espontânea. Dorival Simões, que também é membro do CONSEPIR, acho que nós estamos com tempo e o Senhor poderia aproveitar um pouquinho e o Grupo faz algumas considerações ou perguntas. Pode ser?”. **4. Relato Espontâneo Dorival Braz Simões: DORIVAL BRAZ SIMÕES** relata: “Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui participando desse momento, desse trabalho que eu acredito e que tenho certeza que vai render frutos. Primeiro, eu quero me apresentar. Eu sou o Dorival Simões, eu sou jornalista, apresentador do programa Diversidade Cultural, sou Presidente do Conselho Mediúnico do Brasil – CEBRAS e da Federação Paranaense de Umbanda e Cultos Afro Brasileiros. Diante do CEBRAS eu participo do CONSEPIR, e por isso eu fui um dos escolhidos junto com a Ya Roseli para fazer parte desse programa. Olha, voltar ao passado, voltar ao que aconteceu começa a nos emocionar até, porque eu fui um dos que participava diretamente ou quase diretamente do Caso do Evandro. Osvaldo Marcineiro era o meu Vice-Presidente na época; era o Vice-Presidente da Federação das Religiões Afro Brasileiras, na qual eu era o Presidente e hoje eu sou do Conselho. A vontade nossa era criar uma sub sede da Federação em Guaratuba, onde nós

tínhamos um projeto de instalar uma imagem de lemanjá na cidade, para que fosse feito as festas de lemanjá que nós fazíamos naquela época. Nós levávamos quarenta, cinquenta, sessenta, cem ônibus ao litoral todo final de ano para fazer a festa de lemanjá, então era trinta e um de dezembro e depois dois de fevereiro, que é o dia de lemanjá. O Osvaldo estava lá com essa finalidade; fez contato com a Beatriz Abagge, com o pessoal da Prefeitura e a finalidade era essa. Então, passaram-se uns dias, veio dois senhores na sede da Federação procurar Osvaldo e nós falamos ‘Osvaldo está fazendo o trabalho fora’; ‘Nós precisamos falar com ele, porque ele tem uma herança para receber de São Paulo, esse é o documento e precisamos encontrá-lo’, e eu falei ‘Ele não está, ele está fora, está fazendo um trabalho fora e não se encontra’. Tinha uma foto dele, que ele tirou na minha sala como Vice Presidente e falaram ‘Quem é ele?’. Daí tinham umas fotos ‘Osvaldo é esse aqui’. Eles não conheciam o Osvaldo. Depois, passado um tempo, nós soubemos que eram policiais da P2 ou de algum órgão que estava investigando. Então, eles não conheciam o Osvaldo e dois, três dias depois aconteceu tudo que acontece. Então, eu conheci bem o Osvaldo, porque ele trabalhou comigo muito tempo, eu conheço a forma dele atuar. Nessa época agora, por exemplo, que passaram-se os dias de Cosme e Damião, o Osvaldo fazia festa para as crianças com doce, com brinquedo, com a vizinhança. A gente tinha na época um terreiro ali no Capão Raso. Às vezes faltava recurso para ele, ele emprestava, pedia, fazíamos ofício para as entidades para doar para as crianças, para não faltar nada para as crianças no dia de Cosme e Damião, e além do tratamento dele com os filhos carnais dele. Então, a pessoa que tem um comportamento dessa forma jamais iria fazer. Um dia depois do acontecido, estava o Senhor Dorival Cordeiro, que era o antigo Presidente da Federação, já falecido, e todo final de semana Osvaldo chamava ele para ir a Guaratuba, ficar lá, descansar, porque ele já era senhor aposentado da Secretaria de Segurança. Eu estava na sede da Federação, aí o seu Glauco Souza Lobo – muita gente de vocês conheceram, já faleceu ano passado –, meu amigo, ligou e falou ‘Dorival, cadê o velho?’. O velho seria o Cordeiro, e falei ‘Ele está indo para Guaratuba’, e falou ‘Olha, não deixa ele ir para lá, não deixa ele ir para lá, porque estão depredando a Prefeitura’, e aconteceu tudo isso. Eu peguei o carro, na época não tinha celular, fui, peguei o carro, tirei o seu Dorival Cordeiro de dentro do ônibus que estava indo para Guaratuba. Se ele fosse para lá, iriam acontecer coisas com ele também, que não tinha nada, ele simplesmente iria lá passar um final de semana. Depois, muita coisa vocês sabem. Nós tivemos caso, por exemplo, a Dona Aparecida Moura, era uma mãe de santo, já faleceu, era mãe de santo do De Paula, um dos que foi preso. Ela trabalhava no presídio do Ahú. Parece que na época ela foi proibida de visitar o filho de santo dentro do presídio, não deixavam ela nem se aproximar dele. Nós fomos proibidos de fazer visita na época e conversar. O seu Dorival Cordeiro foi chamado para depor, para testemunhar na época e falaram para ele assim ‘Se vocês conseguirem soltar eles, liberar eles, nós vamos soltar eles na Praça Rui Barbosa e

vamos chamar a população para linchar’. Rememorar esse tipo de situação é muito triste, é muito triste, porque a gente vê que usam a religião, têm preconceito com a religião, têm discriminação com a religião por interesses outros que não tem nada a ver. Até hoje a gente não sabe qual o interesse, a gente suspeita, mas como a gente não tem prova de nada, não tem como a gente acusar esse ou aquele, acho que esse não é o trabalho aqui da comissão. O trabalho é mostrar o tipo de discriminação que existe acerca das religiões. Então, como eu disse, eu participei muito de perto. Nós fizemos uma reunião uns dias depois. Eu recebia na Federação repórteres do mundo inteiro querendo saber como era o ritual para matar criança, como isso, como aquilo. Eu chegava na Federação de manhã, estava cheio de gente, foi o período mais terrível que nós tivemos na Federação, e vai explicar para esse pessoa. Nós tivemos uma reunião na Secretaria da Cultura, passados uns dias, nós tivemos que pedir segurança para a Polícia Militar para que nós pudéssemos fazer essa reunião livremente para ver na verdade o que estava acontecendo. Nós não podíamos, porque nós fomos barrados de toda informação, de todas as formas, nós tínhamos a certeza que o Osvaldo jamais ia. A mãe de santo não podia ver o filho de santo que estava preso, quer dizer, depois ele saiu de lá com sequelas e faleceu depois. O Osvaldo está com sequelas até hoje devido ao tratamento que teve. Eu lembrei, que não faz parte do trabalho dessa comissão, mas eu estou na Federação desde 1979, então passou muita coisa. E nós tivemos um caso de uma mãe de santo, que já é falecida, ela foi presa em uma cidade perto de Umuarama – não estou lembrado o nome da cidade – ela apanhou tanto na delegacia, que alguém denunciou ela no trabalho e chegaram a furar o olho dela dentro da delegacia, isso há uns trinta, mais de trinta anos atrás. Enfim, vários casos que a polícia ia, prendia, batia e depois via que a pessoa era inocente, via que não era nada disso. Então, meus companheiros de Grupo, eu estou na Federação no tempo que as mães de santo, a Yá Roseli deve saber disso, a mãe de santo tinha que ir na Delegacia de Costumes na época para tirar licença, para tirar alvará para poder trabalhar. Era a mesma coisa, a mesma fila que aquelas moças que são bailarinas, que trabalham em boate e tal, ficavam na fila para tirar a carteirinha para poder trabalhar, e nessa mesma fila as mães de santo eram obrigadas a ficar para tirar um documento para poder trabalhar. Tinha um alvará de Delegacia de Costumes na época. Muita gente lembra disso, Graças a Deus isso não existe mais e o trabalho que nós fizemos junto com a comunidade, junto aos companheiros e irmãos na época, a gente conseguiu abolir isso, mas era humilhante. Eu ia junto com as mães de santo na Delegacia para elas não serem humilhadas. Só o fato de estarem ali naquele lugar, pedindo uma licença para exercer a sua religião, para exercer a sua fé, esse fato já era humilhante. Delegacias do interior cobravam que a mãe de santo tinha que ir todo mês renovar o seu alvará. Então, depois nós fomos, através do trabalho da Federação, distribuir, e conseguimos fazer a documentação completa, estatutos. Nós tínhamos que primeiro para fazer o estatuto, tinha que publicar em Diário Oficial os extratos para depois levar no cartório

para poder tirar a documentação, isso hoje não precisa mais. Esse trabalho que o CEBRAS e que a Federação faz ao longo de todos esses anos foi relevante para que muita coisa deixasse de acontecer, mas que acontece ainda nos dias de hoje. Nós tivemos agora o caso Lázaro, isso está na mente de todos nós ainda. O Lázaro, inventaram que ele era de religião, filmaram umas imagens, umas coisas que não tinha nada a ver. O que houve de invasão de terreiros na região foi incrível, mas uma semana antes a esposa do Lázaro tinha falado que eles iam em uma igreja, que o Lázaro estava indo em uma igreja evangélica, que era na igreja que ela ia e que o pastor tinha aconselhado ele, não lembro bem, mas quem assistiu todo esse noticiário sabe. Mas não houve nenhuma invasão de igreja evangélica, nenhuma, de nenhuma igreja, e a mulher dele falou que ele estava indo na igreja, mas supostamente ele era de terreiro e invadiram uma porção de terreiros sem mandado, sem nada. Então, a discriminação continua. Não é uma forma, não é desse jeito que aconteceu com o Osvaldo, mas continua ainda. Nós temos um trabalho no Paraná, eu faço parte da ASSINTEC, eu represento o CEBRAS na ASSINTEC, eu sou Vice-Presidente da ASSINTEC. A ASSINTEC é Associação Inter-Religiosa de Educação, já teve padre Presidente e agora nessa gestão é o pastor Jorge, que é da Igreja Luterana – eu represento as religiões de matriz africana e sou Vice-Presidente. O Senhor Silvio representa a Fé Bahai, o padre Volvei representa a Igreja católica, então nós somos dezenove religiões dentro da ASSINTEC. Nós que fazemos o material didático de ensino religioso nas escolas, então os professores têm uma formação continuada e nós que fornecemos esse material, porque o que ocorria – e ainda ocorre, infelizmente – nas escolas com crianças de religião de matriz africana não é um volume muito grande, porque nós estamos ensinando, mas ainda existe. A Ya sabe, uma pessoa faz uma obrigação de santo que ela tem que cumprir certos preceitos, ela não pode usar determinado tipo de equipamento, ela não pode comer determinados tipos de comida, e algumas escolas não deixavam as crianças ficar com a cabecinha raspada, que é uma obrigação, e mandavam ir embora. Isso já não está acontecendo mais no nível que acontecia antigamente graças ao trabalho que nós fazemos na ASSINTEC. Então, a discriminação começava nas escolas. Hoje não. Hoje os professores têm essa formação que a ASSINTEC dá, porque é muito difícil e nós reconhecemos, a criança já nasce em um berço religioso, seja ela de qual religião for. Ela vai com as cabecinhas delas para a escola, com aquela religião do pai ou da mãe. A professora também tem a religião dela, então ela tem dificuldade de falar, de ensinar, de falar sobre outra religião. Ela vai aprender, não vai ensinar ninguém, não vai mudar ninguém de religião, a professora vai falar o que é cada religião. Então, esse trabalho que nós fazemos junto com as professoras através da ASSINTEC é fundamental para que as coisas comecem a mudar na escola, para que eles respeitem o amiguinho, respeitem a amiguinha, porque ‘Esse aqui é filho da macumbeira, esse aqui é filho da feiticeira’, isso ocorreu muito, e hoje não. Nós temos um trabalho que nós fazemos nas escolas junto com a

ASSINTEC, nós levamos as pessoas paramentadas com os orixás, levamos atabaque. No começo, as crianças ficam meio assim, mas depois no final elas estão no atabaque cantando também conosco. Esse é o trabalho de aproximação. Nós temos o trabalho da PUC, que é coordenado pelo professor Elias, padre Elias – aliás, desculpe, o padre Elias da PUC tem o trabalho da União do Grupo Inter-Religioso dentro da PUC. O que nós fazemos no trabalho lá também? Eu sou convidado, recentemente fizemos um trabalho falando da importância da **(ÁUDIO INAUDÍVEL)**, então nós fazemos esse trabalho lá também. Fizemos uma apresentação agora, sábado retrasado, em frente à Catedral, junto com o Arcebispo Dom Peruzzo e vários religiosos de outras religiões, falando das vítimas da COVID, que é responsabilidade de nós religiosos acolher essas vítimas, porque muitos perderam o pai, perderam a mãe, perderam avô, enfim, ficaram abandonados. Então, nós religiosos, cabe a nós forçar, digamos assim, forçar a barra para que a sociedade, para que políticos, aqueles que têm o poder de mudar alguma coisa, acolher essas vítimas da COVID, que é uma coisa que também abalou todos nós e pegou todos nós de surpresa. Então, voltando ao caso do Osvaldo, caso de Guaratuba, o Baba Flávio falou que nós não tivemos força na época para se defender. Na realidade, a pressão foi muito grande, porque não é questão de não ter força, acontece que alguém falava contra e corria o risco de ser perseguido também. Nós tínhamos na época quase setecentos terreiros em Curitiba e região, filiados, e foi reduzido a oitenta, porque muitos foram depredados, muitos foram ameaçados. As mães de santo diziam que não podiam sair na rua e, mesmo depois, porque acontece alguma coisa assim – quando chegar no horário você por favor me avise – acontece que a pessoa às vezes vê a denúncia, mas depois não vê o resultado, não vê a inocência do caso, que seja lá a condenação. Ela vê a denuncia e fica com isso mesmo, depois ela fica julgando. Até hoje nós temos, como o Flávio falou, pessoas que relembram esse caso. Há oito anos atrás eu sofri uma perseguição por causa de uma filiada nossa, então veja só, isso nós vimos depois que foi intolerância religiosa. Uma determinada pessoa tinha uma situação, essa mãe de santo, e é mãe de santo, é feita não por ela ser de origem cigana, que ela era de origem cigana, mas ela é, realmente, teve um desentendimento com uma cliente e eles armaram, foi armado, depois nós descobrimos, para envolver a Federação, envolver todos nós também. Eu estava na Câmara Municipal de Curitiba participando de uma homenagem, e quando eu cheguei na Federação tinha polícia levando computadores, levando tudo, dizendo que eu estava envolvido junto com a filiada. É a mesma coisa, por exemplo, que um advogado fazer qualquer coisa errada e vão prender o Presidente da Ordem? Nada a ver. Um médico comete uma coisa errada e vão prender o Presidente do Conselho de Medicina? Então eles quiseram envolver meu nome porque eu sou uma pessoa conhecida, e não era para envolver o Dorival, era para envolver a religião, e depois nós descobrimos que foi também uma armação. Fui absolvido de tudo, não tive problema nenhum em delegacia, porque todo mundo viu que eu não tinha culpa nenhuma, mas

até hoje, faz oito anos isso, até hoje as pessoas lembram 'O Dorival ajudou a cigana a roubar cliente'. Até hoje, mesmo saindo sentença de inocência de tudo, não tinha nada, nunca participei de nada, até porque nós não podemos participar. Hoje nós temos quinhentos e oitenta terreiros filiados no Estado, como eu vou saber o que cada um faz dentro? Como eu vou saber o que a Ya faz dentro da comunidade dela? Quem sabe é ela e os filhos de santo, as pessoas que ajudam nos rituais, mas nós não sabemos. Como o Presidente da Ordem dos Advogados vai saber o que o advogado está tratando com o seu cliente, se está agindo corretamente ou não? Não existe isso, mas por quê? Então, nós temos esse trabalho da ASSINTEC, eu falo muito da ASSINTEC porque o Paraná é exemplo de ensino religioso, é exemplo. Os outros estados vêm para cá para copiar o nosso modelo. Como o Pai Dorival, o pastor, o padre, o sheik conversam na mesma mesa e falam a mesma linguagem? Esse é o exemplo que nós queremos. Nós queremos que essas comunidades, esses trabalhos que nós fazemos se fortaleçam. Nós participamos de um projeto, os advogados que estão aí, o pessoal da justiça sabe, existe um projeto – projeto não, já está em andamento – 'Pacificar é Divino', um processo do Tribunal de Justiça, onde nós religiosos fazemos concurso de facilitador, seria como um conciliador judicial. Então, aqui no CEBRAS, aqui onde estou, é uma sala onde a gente facilita os casos. São processos de até vinte salários mínimos e nós podemos resolver aqui dentro da sala. Então nós chamamos as partes, fazemos os entendimentos, fazemos um termo e levamos para o juiz dar o resultado, ajudando a justiça, porque tem processos que estão na justiça há vinte, trinta, quarenta, cinquenta anos, os advogados sabem disso e estão parados. Nós ajudamos a não sobrecarregar a justiça com essas causas pequenas, digamos assim, então nós fazemos esse trabalho gratuitamente, todos nós somos voluntários para fazer isso. O trabalho que as religiões de matriz africana fazem, como faz o Candomblé, como Umbanda, é muito grande, só que é pouco divulgado. Aí fazendo até uma autocrítica, porque nós somos Presidentes de entidade, dirigente de entidades, nós somos. A Ya sabe, tinha um antigo Presidente da Federação e ele falava, até em tom de brincadeira, ele falava assim, naquele caso o evangélico e o umbandista, o candomblecista, ele comparava assim 'A galinha bota o ovo pequenininho e faz um escândalo que todo mundo sabe que ela botou aquele ovo; a pata bota o ovo grandão e fica quietinha'. Quer dizer, o trabalho que nós fazemos dentro das comunidades, trabalho social, trabalho religioso, trabalho de saúde, nós muitas vezes desafogamos esses postos de saúde, às vezes a pessoa vai primeiro consultar a Ya para depois ir consultar o médico. Depois, claro, vem a questão de procurar o médico, mas antes ela passa no terreiro ver o que é. Então, esse trabalho social que nós fazemos deve e tem que ser reconhecido. Agora, lutar contra discriminação, lutar contra preconceito, isso é responsabilidade de todos nós, porque independente de religião, independente de cor, independente, nós somos seres humanos, nós não podemos separar as pessoas pela cor, não podemos separar as pessoas pelo seu credo religioso, nós não podemos separar as pessoas

pela sua condição sexual. Nós somos seres humanos e somos iguais. Queira ou não queira, nós somos iguais. Então, era isso que eu queria falar. Aqui no CEBRAS estamos à disposição para qualquer coisa a hora que precisarem; na ASSINTEC nós também estamos à disposição para o que precisar. Nós precisamos muito dessa união, união de pessoas, união de ser humano, essa é a palavra independente da questão religiosa. Muito obrigado pelo espaço e estamos à disposição”. **5. Considerações**

Ludmila Ariane: **CARMEN LÚCIA PEREIRA DA SILVA** pergunta: “Ludmila, seria uma consideração rápida?” **LUDMILLA ARIANE** fala: “Olá, vou ser bem breve. Meu nome é Ludmila, eu sou Iyá L’Axè do tempo da Ya Roseli. A Ya Roseli é minha mãe carnal e minha mãe espiritual. A gente chama ela de Iyá L’Ajè. Meu nome dentro da cultura é Paxa L’Aje, me chamam de Aje. A minha contribuição é breve. Eu sou formada em pedagogia, sou educadora especial, sou estudante de direito e, apesar da minha idade de trinta e cinco anos, a minha formação de direito preferi que viesse após aquilo que empiricamente eu queria aprender, que era a minha cultura, o que minha mãe me passou, que essas ialorixás que eu conheci através dela iriam me passar e aquilo que eu tinha certeza que não estariam pautadas no sistema de direitos relacionados ao povo negro e às religiosidades associadas ao povo negro. Eu acompanhei todas as atas, os vídeos, todas as situações que vocês vêm fazendo e achei uma oportunidade incrível, porque um ponto que me assustou foi imaginar que o Estado do Paraná estava sendo um dos últimos a começar a colocar determinadas políticas que dentro do Brasil já estavam sendo colocadas. Isso foi uma grande oportunidade mesmo. Eu acho que, basicamente, algo que tem que ser colocado, a gente está em 2021, apesar das leis ainda não serem atualizadas relacionadas à questão histórica, na mídia ainda soa o termo ‘magia negra’. Meu Deus, até quando? Primeiro, não existe diabo dentro da cultura africana e afro brasileira; existe a questão do sincretismo da umbanda, que tem um quê histórico. Magia é magia dentro de um conceito ocidental; negro foi a partir da escravidão. Qualquer coisa que for dividida entre negro e branco veio a partir do colonialismo e da escravidão. Se a gente está tentando combater o racismo estrutural, esse termo tinha que ser abominado quando você vai associar determinadas coisas, então magia negra não deve existir. Eu acho que isso tem que ser completamente condenado na mídia, eu acho que cada vez que uma reportagem assim aparecesse – claro, faz tempo, mas até hoje a gente vê reportagens assim em pequenos jornais, em rádios. Nós temos um exemplo, porque a minha mãe, quando ela veio trazendo a cultura dentro da raiz que ela passou a querer adotar para si já faz muitos anos, a gente começou a se deparar quase como algo que, peço licença aos sacerdotes que estão presentes, parece uma perseguição espiritual mesmo. Cada vez que você quer atualizar uma situação e defender uma situação histórica, parece que o universo começa a combater, talvez tenha sido isso que aconteceu com o sacerdote que o senhor Dorival... É uma honra da gente estar ouvindo o Senhor, que fez parte desse histórico. Quando ela começou a sentir toda essa dificuldade, no momento o advogado

mais conhecido dentro desse combate de intolerância religiosa que ela conhecia, era o Dr. Ede Silva. Ele que fez o estatuto do templo da minha sacerdote e o estatuto dela, apesar de ter base de outros estatutos, foi o primeiro a ter a derivação da cultura iorubá, justamente porque dentro das leis brasileiras ainda a cultura iorubá não é considerada religião. Não sendo uma religião – nós sabemos, porém não existem leis que defendam cultos e seitas – não deveria ser associado. Então, quando a gente vê toda essa base dentro daquilo que vocês estão colocando como o que é bom para implementar, em primeiro lugar, como a Ya falou, como o Senhor Dorival falou, não acompanhei a fala do Baba Flávio, mas deve ter sido também, eu vejo pessoas dos mais altos graus da hierarquia ocidental sentar em uma mesa oracular e colocar os problemas sociais que têm a ver com a profissão deles, às vezes juízes, às vezes promotoras, das pessoas da classe civil mais atingidas pelo problema história, negros, brancos, pobres, ponto. Quando a gente coloca o que a gente tem que implementar, em primeiro lugar, se um sacerdote não tiver um templo perfeitamente regulamentado, ele já não é respeitado pela lei – ele já não é nem assim, imagina sem. Dentro da questão da defesa dos sacerdotes, eles não são reconhecidos como sacerdotes. Ialorixá, babalorixá, mãe de santo e pai de santo não são considerados sacerdotes. Na hora que chega uma policial na porta, eles tratam essas pessoas com total desrespeito. Então, se os casos que é um senhor branco que resolveu defender aquilo que a raiz espiritual dele acompanha são assim, vocês nem imaginam, os Senhores, perdão, nem imaginam o que uma ialorixá negra, um babalorixá negro acompanha. Nem chega na polícia. Aqui é um corpo sacerdotal, a gente fala que nós somos sacerdotes, mas a ialorixá da casa que cuida do ori de todos é a Ya Roseli, mas todas nós somos sacerdotes. Todas nós olhamos a sociedade pelo prisma do ‘Quais são os problemas que nós temos que resolver?’. Esses dias a minha colega enfermeira acompanhou um caso que a gente não pode colocar o nome, mas uma menina negra chegou com abuso sexual no hospital. Então, a gente vê só nesse ponto: uma menina negra, abuso sexual, menor de idade, como ocorre um simples olhar, é meio que inconsciente. A gente não condena o racismo estrutural porque ninguém tem culpa disso. Eu sou filha carnal da minha ialorixá, eu tenho a pele branca, minha mãe tem a pele negra, mas eu, dentro da minha população, eu não aceito ser chamada de branca, porque eu acho que se já foi uma ofensa historicamente, para mim é uma ofensa. Eu me coloco como não negra, mas a sociedade, na hora de cobrar os direitos, eu tenho que colocar, então veja a diferenciação. Esses dias, na nossa casa, a gente teve um culto – todos de máscara, todos vacinados com as comprovações das vacinas, distanciamento, álcool gel, tudo que é necessário. Nós temos um culto originário do nosso país, é direito constitucional. Eu não preciso de alvará, mas é como ele mesmo falou, se a gente não tiver alvará, começa aquela pataquada. E a polícia, quando chegou, primeiro que já chega, quando vê aquela ialorixá – eu brinco de um metro e cinquenta e oito de problema – um metro e cinquenta e oito chegando, negra, até ele, ele já fala assim ‘Se fosse eu não’.

Quando ela vai falar, ele já vai interrompendo, quando ela diz ‘Eu sou a responsável pelo lugar, eu sou ialorixá’, ele ‘Não, tudo bem, mas não é isso que importa’. Quando ela fala ‘Sou funcionária pública e trabalho na vigilância sanitária, faço parte do conselho’, o assunto muda. Só que isso ocorre em caladas da noite. Normalmente, as pessoas preferem esperar chegar um horário, porque se for durante o dia, todo mundo vai ver. Então durante a noite, que é normalmente quando chega, é melhor, porque não vai ter muita testemunha, então para abrir um processo é mais complicado, eu não tenho muita testemunha. Acho que tem que começar a separar. O Caso Evandro ficou muito explícito uma situação. O que é interessante quando a parte espiritual, eu coloco assim porque é a minha primeira opção de vida, a parte espiritual, eu decidi isso para a minha vida, então prefiro que seja respeitado esse ponto. Quando uma perseguição espiritual começa a ocorrer, ela faz todo mundo ficar igual, então um senhor branco sacerdote de uma cultura de matriz negra passou por uma situação de intolerância religiosa, ele sentiu mais ou menos na vida, não na pele dele, o que é isso. Ele sentiu exatamente a ignorância [sic] de todos, porque ele faz parte de uma cultura de matriz religiosa africana, todos ignoraram. Ninguém deixou ele falar, ele foi torturado, outras pessoas que faziam parte do culto também foram torturadas. Eles sentiram exatamente o que a população negra sente. Só foi para a mídia porque são brancos, mas pela primeira vez ficou explícito uma situação de pessoas não negras passando por algo parecido com o que o negro passa. Então, acho que isso devia se tornar um exemplo para hoje a gente deixar explícito. Crime é crime, pessoas com má índole, com má intenção, assassinos são assassinos, não tem a ver nada o motivo que ele faz, faz parte do processo para pequenos detalhes, mas não pode ser considerado primeiro. A mídia tinha que ser cada um responsável por exposição de mídia com termos racistas, tinha que, com certeza, ser processado, eu não tenho meio termo. A gente coloca assim, por exemplo, o Dr. Ede ficou conhecido pelo processo mais famoso dele, que era justamente pela Rede Record usar os termos de religiões de matriz africana para associar aos diabos. Já nem existe associação, associar abate religioso, como ele mesmo falava ‘Abate religioso’. Abate para frigoríficos é praticamente a mesma coisa, abate para culturas judaicas, culturas árabes, islâmicas, se não me engano, também. Existem abates, uma chácara, às vezes você não tem um licenciamento, como em uma fazenda, e você abate, você cria os seus animais, você abate para você se alimentar. Ninguém persegue isso; só persegue dentro das religiosidades de matriz. Tanto que no Caso Evandro ficou muito evidente que a primeira coisa que eles preferiram colocar, porque às vezes acontece isso, existem alguns abates de frango, animais, e a carcaça, pele, pena – porque o resto a gente ingere como em qualquer lugar – às vezes é jogado no mato e não é por poluição, pelo contrario; no mato, animais comem, aquilo de decompõe, e para nós é sagrado voltar para a natureza, então normalmente a gente procura. Não se sabe se aquilo ali que ele viu jogar oi uma criança ou não. Eles só colocaram porque seria a única coisa que seria discriminada pela maior parte da

população, que seria associada a algum abate, que teria alguma coisa natural que mexe com sangue e algo, mas ninguém sabe se foi a própria pessoa que disse que viu ele jogar que fez aquilo com a criança. Ainda minha mãe estava comentando, uma pessoa com força para ser um lenhador, se não me engano era esse o detalhe, ele cortava lenha, tem uma plena habilidade para mexer com faca e etc e fazer isso com uma criança. Por que só associar à religiosidade negra? Então, a gente vê, que eu acho que uma das coisas mais incômodas hoje em dia é associar cultura afro a abate religioso, isso é negativo. Ninguém faz isso em frigorífico, ninguém para de ir no mercado, comer frango porque tem um animal que foi abatido ali. 'Cultura afro associada ao diabo'. Não, não tem diabo dentro da cultura afro, existe Exu, que é ele que permite a nossa comunicação. Minha colega encontrou reportagens da época associada a crime de Exu. Meu Deus, para nós ele é tão sagrado, é o orixá da humildade, não tem nada a ver com o que tem ali. Outra coisa: magia negra. Eu acho que tinha que parar de usar isso de vez. Magia negra é completamente racista, magia negra não existe, 'magia da negra', como diz a minha mãe, então é considerado magia negra. Então magia com uma pessoa branca é magia branca? Já nem faz sentido. Para nós, nem é magia; é puramente natural, magia é para um conceito ocidental, tem um quê histórico. Eu acho que, para contribuir, outro ponto: uma das coisas que eu vi aqui que vocês colocaram, muito pela questão das crianças que acompanharam, novos pontos para as políticas para associar para crianças desaparecidas etc. Todo sacerdote afro conhece bem os detalhes tanto da comunidade que ele atende, quanto de outras pessoas que ele atende, que não faz parte da comunidade, e a comunidade não tem problema nenhum de expor, e quando eles permitem, eles expõem todos os problemas. Um sacerdote de cultura afro é um político tão rico, que é difícil a gente entender quando a gente tem que associar. Somente um sacerdote vai ser respeitado se ele tem uma formação acadêmica, o sacerdote só vai ser respeitado se ele tiver um templo dentro das diretrizes para saber falar dentro do sistema. Eu acho que a gente já passou da época de respeitar isso. Como o Senhor Dorival falou mesmo, que foi muito bem colocado, ninguém procura saber o que acontece dentro dos ritos iniciáticos dos padres, iniciáticos de pastores. Todos os ritos iniciáticos têm um quê de segredo, mas sempre vão associar que a da cultura de matriz africana algo de errado está acontecendo. Se tiver qualquer barulho, alguém deu uma topada no dedinho e deu um grito; mas, se tiver dentro de um templo africano, 'Chama a polícia porque alguém está matando alguém lá dentro'. Isso é muito cansativo. A gente fala que teve que ser desenvolvido uma linha de raciocínio e de leis para defender pais que colocam seus filhos dentro da cultura de matriz africana até hoje. Eu estou em 2021, não faz mais sentido. Eu acho que é muito simples. A gente tem que parar, é muito debate, muita história, muito passado. O passado já é conhecido; a gente tem que atualizar de vez, desassociar tudo que é do negro a negativo e não é. Toda religiosidade é uma só, tem que ser defendida igual. Todo sacerdote tem que ser defendido igual. Acontece que na

prática não é, principalmente negro, principalmente mulher. Eu só estou contribuindo porque eu acho que para mim é uma honra estar vendo o trabalho de vocês. Eu brinco que parece que em todo lugar do mundo o Sul é sempre algo que muda. Tudo vem mudando aos pouquinhos, mas aquele que dá o choque é sempre o Sul, tem alguma coisa cabalística nisso. O que vocês estão colocando às vezes a gente escuta para lá, mas ninguém explicita na atualidade. A gente está em 2021, com acadêmicos, eu conheço até a Senhora Carine, a gente sabe como é a gente não ter a pele negra e ser apaixonada pela raiz. Eu falo 'Sou suspeita, é minha mãe', e a gente ter que ainda estar debatendo esse tipo de coisa. Eu acho muito simples respeitar a naturalidade das coisas. E parabéns pelo que vocês estão fazendo; eu vi tudo, a equipe é grande mesmo, porque acho que é esse o papel do Estado, procurar como vocês fazem para acolher essas pessoas dentro dos direitos naturais deles como civis, só, e não ao contrário, a gente ter que ficar se encaixando para falar, porque daí a gente se desconfigura. Era só isso que eu queria dizer, porque acho que é uma oportunidade muito grande. Obrigada, Ya. A gente sempre agradece a Ya, agradece Exu, porque para nós Exu não tem nada a ver com aquilo, muito ao contrário, nós não temos vergonha. É o orixá da comunicação, né, Ya? É o orixá da boca, é o orixá da paz, da humildade, em primeiro lugar, então vocês, dentro da colocação profissional e hierárquica do Estado, de vocês, terem a humildade de nos ouvir, já é o papel dele aqui. Muito obrigada". **CARMEN LÚCIA PEREIRA DA SILVA** fala: "Volto a agradecer de maneira especial o Baba Flávio, Roseli, Ludmila e Dorival, e abro então ao GT, se tem alguma colocação ou alguma pergunta". **6. Perguntas dos membros do GT:** **SILVIO RENATO FERNANDES JARDIM** fala: "Agradecendo a presença de todos, tanto à distância como presencial. Nós estamos ouvindo, então uma das coisas que me deixa mais satisfeito nesse processo todo desse Grupo que foi criado, é dar oportunidade para que todos falem voluntariamente, espontaneamente, inclusive em uma das reuniões uma das vítimas desse processo todo disse que nunca tinha sido ouvida. A gente se sente, apesar de parecer paradoxal a gente falar em se sentir feliz, nós estamos felizes em poder contribuir dando voz a todos vocês, para que a gente possa, como diz o próprio grupo, como é a frase que caracteriza esse Grupo? É 'apontamentos para o futuro'. Então, que o futuro seja agora, enfim, que esses casos não aconteçam novamente, não se repitam. Aconteceu há trinta anos, muita coisa mudou de lá pra cá, mas muita coisa precisa mudar ainda. Como vocês falaram, eu assino embaixo as palavras do nosso amigo Dorival, nosso companheiro de Grupo, que ele fala que somos humanos, que temos que estar unidos. A gente só quer o bem, então o que aconteceu há trinta anos atrás, a gente sabe, dá para entender perfeitamente, é um contexto todo, houve uma comoção que acharam culpados, uma criança foi morta, enfim, e não cabe a nós aqui revolver com investigações esse passado que aconteceu, porque não temos condições para isso e nem queremos. O que foi feito, foi feito, e o que nós queremos aqui é contribuir para que não aconteça

novamente casos como esse, que tanta dor trouxe a tanta gente, tantas pessoas, tantas religiões, instituições policiais, enfim, tudo acabou envolvido em um contexto que a gente fica simplesmente assombrado, foi uma coisa avassaladora que acontece à época. Quando se fala em uma criança morta e bruxos e não sei o quê, a gente sabe como é que é. A mídia, com todo respeito que a mídia merece, mas ela ajuda, contribui nisso aí, aquilo vira um rastilho e ninguém mais segura, sabemos disso. O Dorival acabou de dizer, aconteceu com ele, porque é assim mesmo que acontece. O que nós queremos aqui humildemente, através de uma proposição do Secretário Ney Leprevost, é que esse Grupo aqui, tão diverso de servidores que querem o melhor para a sociedade, é que nós possamos avançar nisso, que as contribuições que possamos trazer ouvindo todos vocês sirvam, que no futuro ou pelo menos a partir de amanhã, a curto, médio e longo prazo, isso não venha a acontecer. Então, se a gente conseguir isso, ouvimos vocês, sentimos, percebemos todas essas angústias que vocês têm, que são nossas também, a gente também faz parte. Eu sou Policial Federal aposentado, eu tenho trinta e oito anos da minha vida dedicada à instituição séria que eu dediquei minha vida, e acompanhamos todas essas questões sociais. O que a gente quer é uma sociedade melhor, um mundo melhor e estamos aqui para contribuir nesse sentido. Só em ouvi-los aqui a gente continua refletindo e pensando ‘Meu Deus do céu, precisamos melhorar muito’. Muito obrigado”. **CARMEN LUCIA PEREIRA DA SILVA** pergunta: “Mais alguém? Perguntas ou considerações?”. **MARCEL JERONYMO LIMA OLIVEIRA** informa: “Carmen, eu estou solicitando a palavra, levantei a mão”. **CARMEN LUCIA PEREIRA DA SILVA** fala: “Por favor”. **MARCEL JERONYMO LIMA OLIVEIRA** fala: “Dr. Marques? Pensei que o Dr. Marques ia fazer a consideração”. **CARMEN LUCIA PEREIRA DA SILVA** fala: “É sua vez”. **MARCEL JERONYMO LIMA OLIVEIRA** fala: “Perfeito, então. Eu queria só aqui saudar as representações que vieram hoje no conselho e primeiramente me apresentar. Eu sou o Marcel, atualmente eu estou na presidência em exercício do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Paraná. O Conselho, ele inclusive hoje conta especificamente com a Comissão de Combate ao Racismo – só pegar aqui porque é uma Comissão nossa nova – mas fazendo considerações aqui, ela tem contato com a nossa Coordenadora da Comissão. É a Comissão de Combate ao Racismo e Defesa dos Povos Tradicionais e das Religiões de Matriz Africana. É uma Comissão que nessa atual gestão foi criada, e inclusive estamos contando com a representação da conselheira titular do COPED, que devem as companheiras e os companheiros conhecê-la, a Crica, filha de Foz do Iguaçu, da Mãe Marina, e que ela é conselheira estadual dos direitos humanos do Estado do Paraná, representando o interior do Estado. A Crica, que tem engrandecido bastante o nosso Conselho. É que do ponto de vista mais pragmático, e com toda minha humildade possível, eu sou uma pessoa que tenho formação cristã, mas que minha possibilidade de vida foi me aproximando muito de várias religiosidades. Uma coisa que faço essa colocação aqui perante a todos e todas vocês, que sempre foi uma

religiosidade ocidental, oriental, e de fato eu percebo que na minha construção, em que pese brasileiro, paraibano, não está muito próximo as religiões de matriz africana, mas que hoje eu vejo que isso se deu mais por falta de oportunidade do que de fato interesse da beleza que é essa religiosidade. Hoje eu tenho até buscado entender mais, compreender mais e me aproximar mais cada vez, para poder evitar qualquer equívoco. Minha entidade base, digamos assim, é o movimento LGBTI. Na minha condição de homem gay, atuo no Grupo Dignidade, Aliança Nacional LGBTI+, e a gente precisa sempre se formar e se informar sobre as intersecções de direitos humanos. Para mim, hoje, digo tudo isso para dizer que é com muita gratidão Baba Flávio, Ya Roseli, Dorival, Ludmila, muita satisfação nessa manhã de tantas referências que vocês puderam nos trazer, e com toda certeza me faz crescer ainda mais na função que eu estou como representante desse Conselho de Direitos Humanos, que a gente trabalha com direito à moradia, população em situação de rua, LGBTI, direito à cultura, cidadania e estratégia também em defesa das religiões de matriz africana. E a gente pode não saber tudo, só não pode não estar disposto a aprender, e para mim hoje foi uma grande aula. Escutando esse Caso Evandro, e eu deixo aqui registrado principalmente para a gente entender que o Caso Evandro, e o simbolismo de como foi o enfrentamento pela mídia, pela imprensa, pelos profissionais da segurança pública, do próprio judiciário que sempre vão olhar com um olhar de preconceito, não muda facilmente. É só recordar que todo preconceito derivado do Caso Evandro foi também retomado justamente quando aconteceu o caso do serial killer de Goiás. Recentemente, o *serial killer* de Goiás foi preso, acabou sendo assassinado, melhor dizendo, e rapidamente quiseram fazer associação absurda com a religiosidade de matriz africana. Eu duvido que a cada criminoso que professa sua fé no credo Evangélico, Católico, se destaque essa informação diante da prisão ou de um santo ou de uma santa que está na casa dele, enfim, outra referência, e rapidamente a imprensa quis fazer essa referência em um caso recente, esse ano. Estava até pesquisando aqui e foi o Portal G1 que fez essa divulgação. E de uma maneira muito objetiva, esse GT interinstitucional, que tem a visão de poder escutar vários setores, que não tem função de tribunal, mas que busca avançar cada vez mais para evitar que erros no futuro não aconteçam mais. Eu fico aqui à disposição, a Ana Vitória deve ter o meu contato, Ya Roseli, pediria depois que se fosse possível até trocarmos contato, Baba Flávio, Dorival, Ludmila, para que a gente possa fazer essa intermediação, e de repente o povo de luta do CONSEPIR junto com o COPED, a gente pensar em algum ato em conjunto. Eu mandei essa mensagem especificamente para a conselheira Crica, e nesse sentido acho que a gente podia pensar alguma audiência pública, alguma atividade que a gente possa, entre Conselhos, imaginar como esses dois Conselhos e chamar a comunidade da sociedade civil, os órgãos, que a gente, de encaminhamentos desse GT, a gente possa pensar em outras iniciativas para além desse GT. E também fazendo um crescimento cada vez maior da retirada de preconceitos de qualquer tipo

de religiosidade, notadamente a religiosidade de matriz africana. Fica esse meu comentário, esse convite para a gente poder se aproximar, se conhecer. Eu vi o Dorival fazendo referência; eu durante um tempo fui muito ligado, não sei se vocês conhecem, mas há um tempo atrás tinha na Assembleia Legislativa o COMPAZ, Conselho Parlamentar de Cultura da Paz. A gente precisa retomar esse Conselho, inclusive eu estou vendo uma forma de poder retomar esse Conselho na Assembleia Legislativa. Eu atuo no Conselho, mas atualmente também minha função remunerada, eu sou assessor na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, então também fica esse convite da gente poder tentar retomar o COMPAZ como um espaço também de diálogo inter religioso, que acho que isso é fundamental na sociedade hoje em dia. E ficam essas minhas considerações, me apresentando, me colocando à disposição, sabendo que a luta nunca cessa. Digo isso porque a minha comunidade LGBTI sabe o que é isso. As mulheres trans, travestis, os homens gays em situação de vulnerabilidade, as mulheres lésbicas, as pessoas bissexuais, anos e anos de luta. E sei que todas as vulnerabilidades são essas, questões de gênero, de raça, de classe, são esses pontos fundamentais que a gente precisa estar sempre de fato reforçando. E eu adoto uma postura otimista. Acredito que a gente vai vencer, e a gente só vai vencer se a gente conseguir se unir de fato com pauta estratégica, trabalhando sempre o ego, esse ego que é deletério para nós todos e todas, que a gente precisa reduzir esse ego, avançar na nossa luta, com muito respeito aos locais de fala, aos lugares de fala, e avançando cada vez mais. Fica esse meu registro. Agradeço principalmente a contribuição das pessoas que falaram hoje e também o tempo de escuta, por terem me ouvido também nessa minha pequena intervenção e me colocando desde já à disposição para que a gente possa construir, principalmente com a comissão, fazer esse intermédio. Acho que vocês devem conhecer a Crica, eu vi o Baba Flávio fazendo essa referência, então vamos tentar imaginar como a gente pode reunir todo mundo nisso, fazer trabalhos em conjuntos também com o COMPAZ. Fica esse meu registro, desculpem por falar tanto, mas desde já estou à disposição para que a gente possa de fato engrandecer cada vez mais a pauta dos direitos humanos nesse Estado. Eu vi a Ludmila falando do Sul, e termino dizendo isso: eu sou paraibano, vim morar com vinte e oito anos da minha vida aqui, Ludmila, e as pessoas perguntam 'Você não quer voltar para a Paraíba?', e eu falo 'Só volto quando eu mudar Curitiba'. Curitiba é uma cidade que a gente precisa ter um foco muito objetivo. É muito bonita na TV, na mídia, mas a gente sabe, eu sempre falo que quando a gente sai da linha do ônibus de turismo para fora, é uma Curitiba que ninguém conhece e que não sai na mídia. A gente precisa colocar todo mundo junto nessa grande cidade chamada Curitiba, tão boa, com tanta oportunidade, com tanta beleza, mas que também a gente precisa fazer esse enfrentamento cotidiano do CIC, do Parolin, do Atuba, lá atrás no Barreirinha, trazer esses espaços para o Centro, tentar entender essa cidade, para que fato ela seja catapultada em uma visão de diversidade, de metrópole para todo o Brasil. Era isso, forte abraço e fico à disposição para a gente

poder continuar nessa luta de maneira integrada, em prol dos direitos humanos de todos e todas”. **CARMEN LÚCIA PEREIRA DA SILVA** fala: “Agradeço, Marcel, e já fica aqui um encaminhamento interessante de quando a fala já se torna uma pauta. É uma grande vitória, são encaminhamentos bem importantes aqui nessa conciliação. Alguém quer se manifestar?”. **BABA FLÁVIO MACIEL DA SILVA** pergunta: “Eu posso falar rapidinho? Baba Flávio”. **CARMEN LÚCIA PEREIRA DA SILVA** responde: “Pois não, Baba Flávio”. **BABA FLÁVIO MACIEL DA SILVA** fala: “Agradecer ao Marcel por essa abertura de diálogo com o COPED. É muito importante a gente poder sair daqui com novas demandas, com continuidade nos trabalhos, e pegando também a fala dele e da Críca. Críca faz parte do Fórum, também, Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana. Ela atua na regional nove, que contempla Foz do Iguaçu e as cidades que estão em torno da cidade. É uma grande parceira. Ela também é a nossa indicada para ocupar o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, o Conselho Estadual. E também pegando um gancho sobre a fala do citado, tanto por ele quanto por Dorival, do serial killer de Goiás e da vinculação da religião com o assassino. A gente tem visto muitos casos acontecerem, às vezes a pessoa brigou com a esposa, meteu um homicídio e eles não tratam como ser humano, um profissional, uma pessoa normal, eles falam ‘O pai de santo, a pessoa que frequenta Umbanda’. Sempre taxam a religião, nos termos justamente para pesar mais o caso. Em 2019, o Fórum moveu uma ação contra uma rede de televisão aqui do nosso Estado, porque na época aconteceu um incêndio em um terreiro e esse incêndio não foi comprovado que foi incêndio criminoso, mas foi uma situação dolosa. Pessoas perderam seu espaço, seu templo religioso e o entrevistador, quando foi fazer a cobertura da matéria, a chamada da matéria era ‘Pegou fogo na macumba’. Vejam como foi bem pesada a chamada, e com isso a gente moveu uma ação. Conseguimos um TAC, um termo de ajuste de conduta, para que essa rede se retratasse quanto ao caso, e com isso também a gente conseguiu uma cobertura de um evento nosso, que a gente fez no dia 21 de janeiro de 2020, Dia Nacional de Combate À Intolerância Religiosa. O que a gente também gostaria que fosse, essa mudança no futuro, é que justamente os crimes não fossem evidenciados pela religiosidade. Muitas vezes pegam o gancho da religiosidade para pesar mais. Você não vê, como o Dr. falou, citando um crime a ligação a outra religião que a pessoa tenha; é sempre as religiões de matriz africana, que é mais pesado, e isso reflete muito negativo para a gente. Então, que em alguns momentos se possa existir coberturas como essa que ficam discriminando; que a gente possa ter ações contra essas mídias, contra esses jornais, contra essas matérias; que a gente possa estar tendo uma compensação da parte deles em se retratar, em abrir espaço para mostrar de fato o que é a religião, e não só tendo espaço negativo e deixar por isso mesmo; que a gente possa aprender com essa manipulação que às vezes ocorra. Agora, para o futuro, apontamentos do futuro, a gente possa cada vez mais vigiar essas situações e possa ter ajuda do poder público em mover ações que possam

reparar o mal que causa a todas as religiões de matriz africana, o uso desses termos ligados a crimes, a situações diversas. É isso, obrigado”. **CLAUDIO MARQUES ROLIN E SILVA** fala: “A minha fala é bem curta, porque o Dr. Marcel já falou tudo. Eu acho que ele não deve estar nem ouvindo, né, Marcel? Eu gostaria de agradecer o Dorival, Ludmila, Ya Roseli e Baba Flávio. Esse Grupo de Trabalho na verdade nós temos aprendido bastante, muito, muito, muito em todos os aspectos. Eu sou Protestante, sou da Igreja Batista, e o que eu vejo tudo aqui é uma questão de violação de direitos humanos nos integrantes das religiões de matriz africana. Isso é incontestável. Eu sempre falo para o Marcel, as questões relacionadas a intolerância religiosa, intolerância por questões relacionadas a questões sexuais são violações de direitos humanos. Esse é o termo que a gente tem que forçar, tem que mostrar, tem que falar ‘Olha, a pessoa tem o direito de escolher a sua religião, de praticar a sua religião, de ser livre para praticar a sua religião, expressar sua fé de qualquer maneira em todos os lugares’. A Ludmila falou a respeito de magia negra, e eu estava conferindo aqui antes aquele caso dos Emasculados de Altamira, que também usa-se esse termo, mesmo tendo surgido outra pessoa que diga ‘Olha, quem matou aquelas quarenta e duas crianças fui eu’, a pessoa confessou e ainda tem pessoas presas, acusadas de terem participado. Até anotei aqui, Ludmila, que nós estamos elaborando uma Cartilha de Orientação Unificada para os policiais, e a questão desse termo que você tem razão, é pejorativo, tem outros termos que colocamos aqui, acho que vocês vão até enxergar o conhecimento de vocês, mas foi um prazer enorme ouvir a fala do Dorival a respeito de acusações infundadas. É o que eu sempre tenho dito, desde o começo: a vítima de um erro judiciário no Brasil é um ser humano indefensável, ainda mais quando a imprensa começa a noticiar, começa a falar coisas que ela não sabe e autoridades que insistem, mesmo diante de todas as evidências contrárias, elas insistem em manter a versão, porque ela não volta atrás. Você falou sobre humildade e eu creio que a nossa polícia, o nosso judiciário, o nosso Ministério Público, eles têm que ter a humildade de reconhecer quando erram, de reconhecer quando exageram. Até uma das questões que eu vou propor aqui é o pedido institucional de perdão tanto para as religiões de matriz africana, por tudo que aconteceu, quanto com relação a todas as vítimas, que eu chamo desde já de erro judiciário. As pessoas falam ‘supostas torturas’; ora, eu não vejo isso como supostas torturas. As evidências já são gritantes. Eu agradeço muito a contribuição, a fala, foi muito esclarecedor o que todos trouxeram, as explicações do Dorival, da Ya Roseli, da Ludmila, do Baba Flávio. Deus abençoe muito vocês e eu fico mais convicto de que o amor nunca falha. Essa é a realidade. Obrigado”. **CARMEN LÚCIA PEREIRA DA SILVA** continua: “Acho que ninguém mais se inscreveu, não tem ninguém inscrito. Agradeço realmente a todos, em especial aos nossos convidados, ao Grupo de Trabalho, e lembrando então que a nossa próxima reunião do dia seis já é uma reunião do trabalho para estruturação dos relatórios. Tínhamos a intenção de ter feito uma reunião captando algumas das situações, não foi possível, a pauta da

Secretaria, principalmente, e acho que de todos, mas de hoje até a próxima, talvez a gente dê alguma notícia, vou ver com o retorno da Angela. E colocando mais uma vez, ela já tinha passado no Grupo, mas a Angela está em Londrina com o Secretário. Para ver se teremos de repente algum evento entre hoje e quarta, mas quarta-feira nós nos reunimos e acho que será um momento de trazermos as nossas considerações, os nossos desafios, as proposições que não tenham sido registradas, para que a gente inicie então o processo dos relatórios. Mas também abro que o Grupo de Trabalho possa, de repente, fazer considerações ou o questionamento ou sugestões, para que tenhamos uma quarta-feira bem produtiva, já que vai ser um momento da construção. Enfim, trazer essa memória de tudo que se passou aqui e do que foi importante institucionalmente para os relatórios. Então, se algum membro do Grupo entender que deva fazer considerações talvez já por escrito, antecipando para podermos ter produtividade no trabalho, fica aberto o espaço de manifestação no Grupo. Alguém faz alguma colocação? Então a gente encerra os trabalhos por hoje. Agradeço mais uma vez a presença dos convidados e de todo o Grupo e até quarta-feira”. **7. Encerramento:** Carmen Lúcia Pereira da Silva agradece a todos os presentes e encerra o décimo terceiro encontro do **GRUPO DE TRABALHO – CASO EVANDRO: APONTAMENTOS PARA O FUTURO**. Ata redigida por Ana Vitória Naumann e revisada por Eloise Zanon Garcia.